



Setembro 2019

Ano 30

Nº 3

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa,
Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 ·
saer@saer.pt · www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA
E DOS NEGÓCIOS

Neste terceiro trimestre verificamos a continuação da tendência de 2019 – um ano conturbado com tensões nas maiores potências mundiais. Donald Trump nos E.U.A, o impasse do Brexit continua a afetar o Reino Unido e agora na China, o caso de Hong Kong tem vindo a perturbar a ordem de Xi Jinping. O mês de outubro começará com eleições legislativas, em Portugal, que terá o desafio, nos próximos tempos de gerir as suas relações com as potências mundiais e garantir uma situação económica vantajosa que venha contrariar a constante desaceleração da sua economia.

Neste número:

- *A (Des)Ordem Mundial*
- *Perspetiva económica*
- *A economia digital: riscos, desafios e oportunidades*
- *Um olhar sobre as tensões internacionais – o caso da República do Irão*

Páginas 4 a 5

Páginas 6 a 13

Páginas 14 a 20

Editorial

O que fica

A (Des)Ordem Mundial

Os acontecimentos ocorridos no período curto que vai de Julho a Setembro de 2019 têm as singularidades e as complexidades que é natural encontrar em todas as conjunturas, mas a sua interpretação obriga a observá-los como ilustrações compactadas do que está em desenvolvimento desde Setembro de 2001, que ganhou novo impulso com a crise económica de 2008, e que está a entrar numa nova fase de perturbação e instabilidade com a expansão do nacional-populismo autoritário em afirmação na Europa Oriental, na Europa do Sul e no Reino Unido.

Quando a conjuntura revela um padrão de instabilidade generalizada caracterizada por equilíbrios múltiplos em diversas regiões que não formam um contexto consistente nem coordenado por instituições de regulação, é um indicador forte de que qualquer incidente localizado se amplificará até ao ponto de gerar uma crise generalizada.

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

Nos finais do verão, as perspetivas da evolução económica internacional enquadravam-se num quadro internacional de crescente incerteza e ansiedade em variados domínios. Os fatores de disrupção emergiam, alterando significativamente os diversos contextos, interferindo nos processos de tomada de decisão de qualquer prazo - “a ‘normalização’ do caos” emergia como fator a ponderar. Exemplos deste quadro de disrupção eram as decisões do Presidente Trump, bem como o processo Brexit.

Tema de Fundo

A economia digital: riscos, desafios e oportunidades

O peso da economia digital e da desmaterialização por via da evolução tecnologia são hoje uma realidade das sociedades modernas. A chamada IoT (Internet of Things), permite a comunicação entre aparelhos “inteligentes”, cada vez mais integrados, que partilham quantidades gigantes de dados e informação entre si, transformando a forma como vivemos, interagimos e fazemos negócio. Com aplicações virtualmente infinitas, a IoT impacta direta e indiretamente a economia e os agentes económicos, estimando-se um benefício económico situado entre os 3,9 e os 11,1 triliões de dólares em 2025.

Geopolítica e Prospetiva

Um olhar sobre as tensões internacionais – o caso da República do Irão

No dia 8 de Maio de 2018 o Presidente norte-americano Donald Trump anunciou a retirada dos Estado Unidos da América (EUA) do acordo nuclear com a República Islâmica do Irão e outras grandes potências. O JCPOA (Joint Comprehensive Plan of Action) surgiu de um acordo dos países permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Alemanha, em 2015, estabelecendo a retirada das graves sanções económicas impostas ao Irão tendo este limitado a sua capacidade nuclear de forma a disponibilizá-la apenas para consumo de energia e não para o desenvolvimento de armamento nuclear. Tal acordo possibilitou a reabilitação da economia iraniana, através de uma aproximação às economias ocidentais. Além de reavivar a sua economia, as autoridades iranianas investiram também no desenvolvimento da sua capacidade militar, facto que criou o dilema de segurança para os Estados Unidos que justificou a sua retirada do acordo nuclear – uma retirada com consequências imediatas no palco das relações internacionais.

O terceiro trimestre de 2019 foi a continuação da instabilidade sentida durante o resto do ano. A política internacional dos Estados Unidos da América, chefiados por Donald Trump, continua a desafiar a ordem mundial; o Reino Unido, agora liderado por Boris Johnson, continua sem alcançar uma solução para o Brexit e a situação de Hong Kong continua a deteriorar-se, aumentando a instabilidade asiática e as relações entre os países ocidentais e a China.

Esta escalada de tensões é logicamente um desafio para todos os países: na economia global em que vivemos, o equilíbrio do sistema tem de partir dos atores mais relevantes, todavia, observa-se o oposto. Caberá ao resto do mundo, principalmente à União Europeia, assegurar algum equilíbrio e usar o seu maior trunfo diplomático, o *soft power*, procurando apaziguar conflitos.

Vemos na maior potência mundial um clima de desordem e caos – as crescentes lutas travadas entre democratas e republicanos continuam a polarizar a população, resultando num aumento significativo dos extremos opostos e num centro moderado cada vez mais abandonado.



Em Agosto, Donald Trump viria provocar mais incerteza pela saída formal do Estados Unidos da América do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio com a Rússia. Contudo, o poder do Presidente americano está em risco com a abertura de um inquérito de *impeachment* pela Presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi, devido a alegações de que Trump teria procurado, junto de autoridades estrangeiras, informações incriminatórias sobre Joe Biden, candidato democrata à Casa Branca em 2020. Assistimos assim a um clima de desordem e caos na maior potência mundial – as crescentes lutas travadas entre democratas e republicanos continuam a polarizar a população, resultando num aumento significativo dos extremos opostos e num centro moderado cada vez mais abandonado.

Do outro lado do Atlântico, o Reino Unido encontra-se igualmente polarizado, mas em relação ao Brexit. O conflito continua não só na rua, como na Câmara dos Representantes onde Boris Johnson perdeu a maioria conservadora dificultando ainda mais o acordo do Brexit. O cenário de uma nova ida às urnas é cada vez mais uma realidade, visto que a legitimidade democrática do Primeiro-Ministro está gradualmente mais fragilizada – não só pela perda da maioria, ou pela forma como foi eleito, mas também pelas diferenças com a sua antecessora. Boris Johnson, eleito em Congresso do Partido Conservador Britânico após a demissão de

Theresa May, apresenta uma postura muito mais agressiva, é um fervoroso “Brexitteer” com uma ideologia mais vincada à direita e alguns traços populistas que já lhe fizeram valer comparações ao seu homólogo americano.

Na Ásia, a questão de Hong Kong continua a abalar o regime de Xi Jinping. Após a polémica lei da extradição, o povo hong-konguês continua os protestos, tendo já recolhido apoio de alguns países, inclusive de senadores americanos. Este apoio americano representa mais um possível desafio para Trump. As relações com a China já se encontravam num ponto delicado e caberá ao presidente americano decidir se deve ou não marcar uma posição. Já a população não revoltosa de Hong Kong procura Portugal como refúgio. Desde o início dos tumultos, a procura por Vistos Gold Portugueses tem aumentado devido à maior facilidade de acesso, em comparação a outros destinos populares.

Vivem-se tempos de incerteza e desconforto a nível internacional, caberá a Portugal, ator dependente das grandes potências mundiais, ter capacidade de gerir as suas relações e usufruir dos seus acordos bilaterais.



Vivem-se tempos de incerteza e desconforto a nível internacional. Portugal, ator dependente das grandes potências mundiais, precisa de capacidade para gerir as suas relações e usufruir dos seus acordos bilaterais. Portugal tem nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e na China poderosos parceiros económicos, e a instabilidade sentida nestes países pode facilmente transpor-se numa instabilidade das relações, principalmente no caso chinês, que é cada vez mais questionado por diversos estados. Será Hong Kong a razão que levará Portugal a diminuir o volume de negócios com a China ou será Portugal capaz de gerir esta complexa relação?

A verdade é que a ordem mundial a que estávamos habituados, das relações multilaterais e cooperação, está cada vez mais em perigo. O protecionismo voltou a ser uma política praticada pelos Estados Unidos da América e a vontade “Brexitteer” parece indicar um caminho semelhante. Enquanto Donald Trump promete que irá “*Make America Great Again*”, e a campanha do Brexit grita “*Let’s Take Back Control*”, a ordem antigamente valorizada está a morrer. Agora, mais que nunca, caberá ao projeto europeu tomar as rédeas dos ideais que defende, e ser líder do mundo ocidental. A grande questão que agora se impõe é saber se a União Europeia será capaz de “tornar a ordem mundial grande outra vez”.

A todos, boas leituras!

A (Des)Ordem Mundial

Os acontecimentos ocorridos no período curto que vai de Julho a Setembro de 2019 têm as singularidades e as complexidades que é natural encontrar em todas as conjunturas, mas a sua interpretação obriga a observá-los como ilustrações compactadas do que está em desenvolvimento desde Setembro de 2001 (quando a ousadia islâmica, alimentada pela profecia do califado, atacou o centro do império americano), que ganhou novo impulso com a crise económica de 2008 (quando as inovações bancárias de produção de títulos derivados conduziu à perda de controlo dos movimentos de capitais nos mercados globais e pôs em causa a função essencial da intermediação bancária na racionalização do risco) e que está a entrar numa nova fase de perturbação e instabilidade com a expansão do nacional-populismo autoritário que se afirma na Europa Oriental (nas regiões que estiveram sob domínio do regime soviético), na Europa do Sul (nas regiões que resistem às regras do controlo orçamental e da dívida pública que são inerentes aos benefícios da utilização de uma moeda comum e da política monetária sustentada na escala europeia com a criação de liquidez pelo Banco Central Europeu) e no Reino Unido, onde a nostalgia da grandeza imperial, que já esteve na base da sua recusa em participar na moeda comum europeia, alimenta a resistência à formação de instituições europeias que sejam responsáveis pela conceção e condução de políticas comuns europeias, uma evolução necessária para compensar a desagregação dos impérios europeus depois da Segunda Guerra Mundial.

Esta necessidade de integrar a interpretação de acontecimentos conjunturalmente singulares em tendências que se formam em prazos longos decorre do facto de esses acontecimentos distantes não terem sido efectivamente resolvidos e ultrapassados, mantendo-se activos nas suas consequências, que reaparecem nos acontecimentos singulares das sucessivas conjunturas.



Esta necessidade de integrar a interpretação de acontecimentos conjunturalmente singulares em tendências que se formam em prazos longos decorre do facto de esses acontecimentos distantes não terem sido efetivamente resolvidos e ultrapassados, mantendo-se ativos nas suas consequências, que reaparecem nos acontecimentos singulares das sucessivas conjunturas.

Os acontecimentos são diferentes, não são reproduções do que já se conhece, mas contêm as consequências não assimiladas dos acontecimentos de conjunturas já muito distantes. Mas quando se usam as tendências longas para interpretar os acontecimentos conjunturais, estes aparecem como passos consistentes integrados

nessas linhas de evolução de prazos longos e a sua singularidade ou a sua novidade aparecem, afinal, como ilusões induzidas por uma visão parcial e demasiado fixada nas circunstâncias do presente.

Não se pode analisar a questão dos movimentos migratórios na Europa (que servem de pretexto para o nacional-populismo em muitas sociedades europeias) sem ter em conta as consequências do fim dos impérios europeus, que funcionavam como reguladores dos movimentos das populações entre as colónias e as metrópoles.

Mas não sendo possível reconstituir essas regulações imperiais, não será pelo neo-nacionalismo e pelo autoritarismo dos regimes políticos europeus (ou pelos muros desejados por Donald Trump) que se conseguirá travar esses movimentos das populações que apenas ilustram uma previsão feita pelo demógrafo e antropólogo francês Alfred Sauvy, na já distante década de 1960: “ou as riquezas se deslocam para onde estão as populações, ou as populações vão deslocar-se para onde estão as riquezas”.

O que parece novo e singular na conjuntura é, de facto, o resultado esperado de uma tendência identificada já há muito tempo. Como não se deve ignorar, ao avaliar a expansão do islamismo, que a profecia do califado (um dos estímulos para os atentados de Nova Iorque de 11 de Setembro de 2001) é agora reforçada, ou mesmo confirmada, pela perda de vitalidade demográfica da Europa, que anuncia o declínio da supremacia branca no mundo e já não pode ter a regulação dissuasora da rede de impérios europeus, nem mesmo da Aliança Atlântica (que os Estados Unidos de Trump estão a dismantelar, porque também eles estão confrontados com o declínio do império americano e não querem estar condicionados por alianças que capturem recursos de que precisam “para fazer a América grande outra vez”).

Também as singularidades da conjuntura económica não podem ser interpretadas de modo convincente sem ter em conta decisões críticas que foram tomadas em períodos anteriores e que continuam a evidenciar as suas consequências.

Os mercados financeiros internacionais foram sendo interferidos por sucessivas decisões políticas que reduziram o seu grau de regulação estabilizadora para ganharem liberdade na circulação de capitais e menor exigência na cobertura de capitais próprios dos bancos em relação às suas responsabilidades (o fim do padrão de

...não será pelo neo-nacionalismo e pelo autoritarismo dos regimes políticos europeus (ou pelos muros desejados por Donald Trump) que se conseguirá travar esses movimentos das populações que apenas ilustram uma previsão feita pelo demógrafo e antropólogo francês Alfred Sauvy, na já distante década de 1960: “ou as riquezas se deslocam para onde estão as populações, ou as populações vão deslocar-se para onde estão as riquezas”.



Bretton Woods, com Richard Nixon, teve consequências que foram amplificadas pelas crises do petróleo iniciadas em 1973, dando origem ao mercado do eurodólar para a reciclagem dos desequilíbrios nas balanças de pagamentos entre países produtores e países consumidores do petróleo, e voltaram a ser instabilizados com a crise financeira iniciada em 2008, revelando um excesso de endividamento dos Estados e transferindo para o Fundo Monetário Internacional a responsabilidade de estabelecer novas relações de equilíbrio que fossem sustentáveis no tempo, mas que tiveram fortes incidências nos equilíbrios políticos e sociais nos Estados e nas economias nacionais).

Quando os Estados Unidos, na presidência de Donald Trump, tomam a iniciativa de promoverem o populismo, o proteccionismo e o isolacionismo, torna-se evidente que essa ordem mundial deixou de existir...



Quando a conjuntura revela um padrão de instabilidade generalizada caracterizada por equilíbrios múltiplos em diversas regiões, mas que não formam um contexto consistente que seja coordenado por instituições de regulação, com autoridade e competência reconhecidas, terá de se aceitar que, tendo em conta o que foi a evolução das últimas décadas, não poderia ter sido outro o resultado.

Esta instabilidade generalizada é um indicador forte de que qualquer incidente localizado se amplificará até ao ponto de gerar uma crise generalizada – como pode ser um ataque terrorista a poços de petróleo na Arábia Saudita, como aconteceu em Setembro, quando não existem canais de redução da conflitualidade e de dissuasão que assegurem a contenção desse ponto de conflito.

As tendências de longo prazo do passado que convergem na conjuntura singular do terceiro trimestre de 2019 estruturam-se em função do que está a ser a estratégia dos Estados Unidos porque, nessa tendência longa, este era o eixo estruturante da ordem mundial.

Quando os Estados Unidos, na presidência de Donald Trump, tomam a iniciativa de promoverem o populismo, o proteccionismo e o isolacionismo, torna-se evidente que essa ordem mundial deixou de existir, mas também se torna evidente que não há nenhum outro eixo estruturante que possa estabelecer uma nova ordem mundial que compense a desagregação da anterior. O que equivale a dizer que os acontecimentos se autonomizaram porque não são coordenados por nenhuma ordem superior, que as conjunturas se tornam instáveis porque não são orientadas por uma visão de

futuro proposta por protagonistas com autoridade para serem garantias da sua concretização, e que as oportunidades circunstanciais se sobrepõem aos valores que deveriam organizar os prazos longos para o futuro.

Esta é uma conjuntura em que o passado e a sua estrutura de ordem se desagregaram, mas em que não há um projecto de futuro que sirva de contraponto e de antídoto à tendência dominante do populismo, do proteccionismo e do isolacionismo – isto é, da regressão para a fragmentação do espaço mundial e para a divisão polarizada em cada sociedade, com os grupos sociais divididos entre o interior e o exterior, entre os nacionalistas e os globalistas.

Esta é uma conjuntura em que o passado e a sua estrutura de ordem se desagregaram, mas em que não há um projecto de futuro que sirva de contraponto e de antídoto à tendência dominante do populismo, do proteccionismo e do isolacionismo – isto é, da regressão para a fragmentação do espaço mundial e para a divisão polarizada em cada sociedade, com os grupos sociais divididos entre o interior e o exterior, entre os nacionalistas e os globalistas.



ESTADOS UNIDOS – A CRISE DE TRUMP

Donald Trump é uma variável livre no sistema político americano, no sentido em que se movimenta sem respeitar as convenções estabelecidas durante uma longa evolução (a mais relevante das quais é não acentuar as divisões na sociedade que um presidente tem por missão unir e orientar) e sem respeitar as conveniências estabelecidas no quadro da Constituição (a mais importante das quais é a da separação dos poderes, com relevo para a independência do Supremo Tribunal, cuja composição não deve violar os equilíbrios sociais).

No entanto, as violações das convenções e das conveniências que são consumadas por Donald Trump criaram a sua própria justificação: elas vieram revelar uma divisão polarizada na sociedade americana, que se mantinha oculta e assim continuariam se Hillary Clinton tivesse vencido, como a linha de tendência garantia, Trump. Será melhor revelar as tendências ocultas ou mantê-las reprimidas? A resposta a esta pergunta depende do que se quer fazer com a revelação dessa divisão polarizada, se resolvê-la para a superar, se acentuá-la para impor a vitória de um lado sobre o outro.

Ao promover a supremacia branca, Trump retoma a divisão da guerra civil fundadora da sociedade americana, mas numa época em que a perda de vitalidade demográfica da população branca nos Estados Unidos obriga a considerar a imigração (maioritariamente de população não branca) uma ameaça vital ao que passou a ser apresentado como a identidade rática da sociedade americana. É

uma polarização que não aponta para uma resolução, mas sim para um continuado agravamento. A tendência oculta tornou-se a tendência dominante, mas porque não tem condições de resolução (a menos que se recorra ao decisor último que é a guerra civil), a sua consequência efetiva é diminuir a autoridade do presidente como fator de união e impossibilitar que a sociedade americana assuma responsabilidades que exijam uma ação coletiva porque se destruíram os fatores de coesão da comunidade.

Daí decorre, naturalmente, o abandono das redes de alianças internacionais que os Estados Unidos foram construindo ao longo do tempo (...) trocando o seu papel de potência benévola pelo seu novo papel de potência agressiva que decide em função do seu interesse nacional e não aceita ficar sujeita a compromissos internacionais nem a obedecer a instituições internacionais.



Mas porque o objetivo de reconstituição da grandeza americana obriga Trump a projetar o nacionalismo protecionista para a dimensão externa através das guerras comerciais de tarifas alfandegárias (para responder à perda de superioridade económica americana nas relações comerciais com a China e com a Europa), a polarização racial no interior da sociedade americana é complementada pela polarização comercial nas relações internacionais. Daí decorre, naturalmente, o abandono das redes de alianças internacionais que os Estados Unidos foram construindo ao longo do tempo e que lhes assegurou o estatuto de potência hegemónica dotada do poder de regulação da ordem internacional, trocando o seu papel de potência benévola pelo seu novo papel de potência agressiva que decide em função do seu interesse nacional e não aceita ficar sujeita a compromissos internacionais nem a obedecer a instituições internacionais.

Donald Trump nunca teve atividade política, foi sempre um observador exterior à política, um consumidor de política e que se relacionava com a política como crítico insatisfeito com o produto que lhe era oferecido.

Como presidente, Trump não é um produtor de política, que tem de conciliar interesses divergentes para organizar a ação coletiva que permite atingir os objetivos propostos. Continua a ser um consumidor de política, não hesitando em contradizer-se sempre que as circunstâncias conjunturais o levem a alterar as suas posições. Os métodos que usa correspondem a esta atitude de consumidor de política: as comunicações curtas de transmissão instantânea, respondendo aos estímulos do momento, os comícios com audiências de apoiantes organizados, as declarações improvisadas a jornalistas, não obedecem a um programa refletido e debatido com as instituições, são respostas reativas às circunstâncias.

Se Trump é uma variável livre no sistema político americano, os Estados Unidos passaram a ser uma variável livre no sistema político global, fatores de incerteza e de conflitualidade, quando antes era fatores de regulação, de estabilidade e de dissuasão.

EUROPA: A CRISE DO NACIONAL-POPULISMO

A evolução da Europa não é independente da evolução dos Estados Unidos, não só porque são processos que ocorrem na mesma época, estão sujeitos a dinâmicas que entram em sintonia, mas também porque há uma interferência ativa dos Estados Unidos na promoção da fragmentação da Europa e da destruição da União Europeia, quando esta não tem meios próprios que lhe permitam opor-se a essa interferência nos assuntos internos de uma estrutura de ordem e de regulação regional que antes tinha sido promovida e apoiada por quem agora a ataca.

A evolução da Europa não é independente da evolução dos Estados Unidos, não só porque são processos que ocorrem na mesma época, estão sujeitos a dinâmicas que entram em sintonia, mas também porque há uma interferência activa dos Estados Unidos na promoção da fragmentação da Europa e da destruição da União Europeia...



Mas tal como acontece com a conflitualidade racial nos Estados Unidos, também a radicalização da oposição entre o soberanismo nacional-populista e a integração que possibilita o reforço da soberania partilhada não teria acontecido se não fosse trazida para a superfície uma clivagem que permanecia oculta ou reprimida.

Em ambos os casos, o contraste que é estimulado pelos dirigentes partidários tem efeitos perversos que impedem a concretização dos objetivos que anunciam. Nos Estados Unidos, não será a reabilitação do racismo que vai corrigir o declínio demográfico da população branca, como não será a imposição de obstáculos à imigração que interromperá os movimentos das populações. Na Europa, não será a reabilitação das fronteiras nacionais que criará a escala necessária para a competitividade das economias e para a resolução das questões de segurança porque não será possível restabelecer a soberania que conheceram na época dos impérios coloniais quando este tipo de projeção dos espaços nacionais já não é possível.

Naturalmente, é a imprudência ou a incompetência dos dirigentes partidários, nos Estados Unidos e na Europa, que estimula a formação das ilusões nos eleitorados, que traduzem as suas insatisfações em formas de conflito polarizado – mas são conflitos estéreis, porque nem conduzem a resultados estáveis, nem resolvem as insatisfações que estão na sua origem.

No Reino Unido, a incapacidade para estabelecer uma rota de saída da União Europeia revela os limites da política voluntarista, sobretudo quando baseada numa leitura rígida de um referendo que teve o resultado ambíguo de 52% contra 48%, mas na base de informações que se confirmaram serem falsas e deliberadamente transmitidas por quem sabia serem falsas.

As consequências desta imprudência (o referendo não pode ser usado para decisões coletivas em temas complexos) são desproporcionais: um Parlamento bloqueado e depois suspenso; uma união de nações a fragmentar-se com a possibilidade real de cisões independentistas; uma incerteza paralisante na economia (desconhecem-se as regras futuras) e na sociedade (desconhece-se o futuro estatuto dos imigrantes); um sistema partidário em transformação, com ruturas nos partidos tradicionais e com o aparecimento de novos partidos; política externa e política de defesa e segurança sem referenciais estáveis porque se desconhecem as condições de aliança e de cooperação no futuro.

Em Itália, o nacional-populismo da Liga do Norte de Matteo Salvini propôs a realização de eleições antecipadas na expectativa de obter uma maioria absoluta, mas acabou por gerar a aliança defensiva do Partido Democrático com o Movimento 5 Estrelas, que têm como ponto de convergência apenas o facto de terem um adversário comum.

Na Alemanha, o crescimento da Alternativa para a Alemanha nas eleições regionais, alimentado pelas propostas nacional-populistas de rejeição da imigração, está a gerar a convergência dos partidos democráticos cristão-democrata (CDU) e social-democrata (SPD), mas que precisam do apoio dos Verdes para atingirem a maioria parlamentar.

Em França, o partido nacional-populista de Marine Le Pen, a Front National que se designa agora por Rassemblement National, aparece como o contraponto do partido do presidente Macron (En Marche!), que é o que resta depois da fragmentação dos partidos à direita e à esquerda – e é essa fragmentação dos espaços políticos tradicionais que torna a ameaça nacional-populista real e efetiva.

Em Espanha, a fragmentação do sistema partidário impede a formação de maiorias, mas também impede a formação de um governo porque não há entendimento para a formação de uma plataforma de apoio parlamentar e não há acordo para a formação

As consequências desta imprudência (o referendo não pode ser usado para decisões colectivas em temas complexos) são desproporcionais: um Parlamento bloqueado e depois suspenso; uma união de nações a fragmentar-se com a possibilidade real de cisões independentistas; uma incerteza paralisante na economia (desconhecem-se as regras futuras) e na sociedade (desconhece-se o futuro estatuto dos imigrantes)...



de uma coligação de governo.

As crises induzidas pelo nacional-populismo na Europa não se limitam às regiões da Europa Oriental que estiveram sob domínio soviético e são hoje os paradigmas da democracia iliberal de partido único, têm manifestações nas sociedades da Europa Ocidental que geram instabilidade de onde os dirigentes nacional-populistas, apoiados e financiados por forças conservadoras dos Estados Unidos e por instituições da Rússia, esperam criar a oportunidade para assumirem o poder.

PORTUGAL: A POLÍTICA DA SOCIEDADE FECHADA

Num contexto externo caracterizado pela desagregação da ordem mundial que tinha como centro hegemónico os Estados Unidos e pela crise da União Europeia instabilizada pelas forças do nacional-populismo, a evolução política em Portugal apresenta duas características paradoxais, ambas alimentadas pela indiferença em relação aos sinais de crise no mundo e na Europa.

Por um lado, não é reconhecida a gravidade da evolução internacional, que é um fator de incerteza e de risco para uma sociedade que está dependente do exterior para obter a dimensão de mercado que não tem e para beneficiar de uma política monetária fornecedora de liquidez que lhe ofereça taxas de juro baixas e programas de compra da sua dívida pública. Por outro lado, o debate político permanece centrado na comparação de fórmulas distributivas entre grupos sociais, numa ótica de sociedade fechada onde se pode tirar a uns para dar a outros e de onde os primeiros não possam sair e os segundos não precisem de sair porque podem manter o estatuto de beneficiários dessas políticas de distribuição.

...a evolução política em Portugal apresenta duas características paradoxais, ambas alimentadas pela indiferença em relação aos sinais de crise no mundo e na Europa.



Estas duas características são paradoxais porque não são sustentáveis no tempo. A instabilidade da evolução internacional recomenda a adoção de estratégias de precaução para a eventualidade do seu agravamento e a fixação em políticas distributivas impede a concretização de políticas de crescimento económico porque o que se desvia para o circuito da distribuição já não entra no circuito do investimento e o que se extrai a quem tem rendimentos anula a motivação para querer ter maiores rendimentos.

Num trimestre que antecedeu a realização de eleições legislativas, estas duas características paradoxais apareceram refletidas nos debates políticos, que se limitaram a comparar fórmulas alternativas de políticas distributivas e onde a questão central é saber se um partido pode alcançar a maioria absoluta no Parlamento ficando dispensado de ter de negociar alianças – e ganhando o estatuto de monopólio da distribuição.

Este será, afinal, o paradoxo central da política portuguesa que integra e acumula os outros paradoxos: ao retomar a lógica da sociedade fechada do regime autoritário, o regime democrático reproduz também a funcionalidade do monopólio da distribuição estruturado como monopólio de Estado.

“A instabilidade da evolução internacional recomenda a adoção de estratégias de precaução para a eventualidade do seu agravamento, mas a fixação em políticas distributivas impede a concretização de políticas de crescimento económico.”



Perspetiva Económica

PERSPETIVA INTERNACIONAL

Nos finais do verão, as perspetivas da evolução económica internacional enquadravam-se num quadro internacional de crescente incerteza e ansiedade em variados domínios. Os fatores de disrupção emergiam, alterando significativamente os diversos contextos, interferindo nos processos de tomada decisão de qualquer prazo – “uma semana é um longo período em política” ou “a ‘normalização’ do caos” emergiam como fatores a ponderar nesses processos.

Exemplos deste quadro de disrupção eram as decisões do Presidente Trump, quer em termos estratégicos, quer em termos comerciais, bem como o processo Brexit.



Exemplos deste quadro de disrupção eram as decisões do Presidente Trump, quer em termos estratégicos, quer em termos comerciais, bem como o processo Brexit.

A decisão do Presidente Trump, em princípios de Setembro, em demitir John Bolton, o seu terceiro *National Security Adviser*, terá afastado, em princípio, atitudes/ações mais agressivas em termos de Defesa (“*He wants me to go to war,*”... “*But I won’t let him*” parece ter sido uma opinião emitida por Trump). Nesta premissa o cenário de confronto militar EUA-Irão, como noutras frentes, mesmo apesar do ataque a instalações petrolíferas sauditas, deverá ter-se desagravado e como tal os riscos para a economia internacional que daí adviriam.

Em termos comerciais e em especial quanto à guerra comercial com a China o Presidente Trump sinalizava querer reduzir as tensões e chegar a um acordo comercial ainda que limitado. Estas decisões (estratégicas e comerciais) de Trump parecem enquadrar-se no evitar da degradação do clima económico internacional a fim de conseguir a sua reeleição em Novembro do próximo ano. Contudo, o *dossier* da China é bem mais complexo do que uma mera relação comercial e nem tudo dependerá, da parte norte-americana, do Presidente – o Congresso também tem de participar na decisão.

A China é uma potência concorrente com os EUA que provavelmente superará estes a médio/longo prazo em termos económicos. Disputará, entre outros, o domínio geopolítico e marítimo da região dos mares da China e, principalmente, poderá vi-los a ultrapassar tecnologicamente nos domínios das telecomunicações 5G, da IA

(Inteligência artificial) e da computação quântica. Até há pouco tempo parecia que os EUA consideravam esta a altura oportuna para a travagem e expansão tecnológicas da China (tendo encetado uma “guerra tecnológica”).

Com o desencadear da guerra comercial e tecnológica, a relação existente designada por vezes “Chimerica” deixou de ser válida e a própria China encetou um processo de se tornar independente de fornecedores norte-americanos.



Com o desencadear da guerra comercial e tecnológica, a relação existente designada por vezes “*Chimerica*” deixou de ser válida e a própria China encetou um processo de se tornar independente de fornecedores norte-americanos. Porventura, foram dados passos no sentido de uma nova “Guerra Fria” e os sinais de apaziguamento comercial que o Presidente Trump aparentemente deseja podem não ser secundados pelo Congresso e/ou serem subvertidos pelo próprio “errático” Presidente. Por outro lado, a China depara-se também com a questão da “ordem social” e do estatuto de Hong-Kong (“*one country, two systems*”). Esta é a terceira praça financeira mundial, tem o estatuto de ser tratada financeira e comercialmente independentemente da China continental e é uma “ponte” financeira e tecnológica da China com o Resto do Mundo. O grau de contestação social atingido em Hong-Kong como que cria um “cancro” no sistema chinês com eventual risco de “metástases” à sociedade chinesa. Uma tentativa de resolução militar/policial agressiva tipo “Praça Tiananmen/1989” acabaria com o referido estatuto, danificaria a imagem da China e iniciaria “formalmente” a nova “Guerra Fria”.

No respeitante ao processo Brexit as incógnitas permanecem embora haja já bastantes danos. Em termos britânicos, os desenvolvimentos políticos relacionados com a suspensão do Parlamento de 9 de Setembro a 14 de outubro por parte do novo PM Boris Johnson e o “aviso” de que não pediria a extensão do prazo de 31 de outubro para o Brexit, desobedecendo à lei do Parlamento e provocando uma saída “*no-deal*”, danificaram as instituições democráticas inglesas, extremaram as posições políticas para as inevitáveis eleições, fomentam a desintegração do UK e contribuíram para a ansiedade no tecido económico. A própria UE deverá considerar uma saída desordenada um “*major*” desastre natural (caso esta ocorra) suscetível de lhe serem afetados fundos para mitigar danos. Atente-se que o processo Brexit é mesmo um “processo” que não se esgota com a saída formal do UK da UE – decorrerão negociações sobre o futuro relacionamento e não é de descartar a hipótese de o UK pretender atuar na cena económica internacional como um estado de baixa taxaço e baixa regulação,

colidindo frontalmente com as regras da UE, seu vizinho e principal parceiro comercial.

Estas incertezas, entre muitas outras, acrescentam doses de ansiedade à economia internacional (uma outra incerteza respeita ao mercado petrolífero – o ataque a instalações petrolíferas sauditas afetando metade da sua produção correspondendo a cerca de 5% da oferta global fará incrementar os preços do petróleo significativamente durante algum tempo penalizando assim o crescimento económico internacional).

O consumo dos particulares poderá ir resistindo mas as decisões de investimento adiadas, as realocações em curso e as cadeias de produção global desarticuladas estão contribuindo para uma desaceleração da economia internacional.



O consumo dos particulares poderá ir resistindo mas as decisões de investimento adiadas, as realocações em curso e as cadeias de produção global desarticuladas estão contribuindo para uma desaceleração da economia internacional.

Os mercados financeiros poderão também resistir até ao detonar duma crise séria (os “algoritmos” prosseguem normalmente o “jogo” até ao despoletar duma crise que não é suscetível de antevisão). Caso esta surja, os instrumentos de política monetária parecem esgotados (os Bancos Centrais vêm baixando as taxas de juro) e os instrumentos de política fiscal podem não ter condições políticas ou económicas de ser ativados. Naturalmente, haveria recurso a medidas extraordinárias, porventura impensáveis até há pouco tempo (vide, por exemplo, a “*Modern Monetary Theory*” que propõe que os governos imprimam “livremente” moeda e a gastem...).

Em suma, “navegar” económica e comercialmente (e também politicamente) nesta “Nova Desordem Mundial” continua a ser crescentemente difícil. Neste quadro, as perspetivas económicas configuram-se crescentemente como exercícios cheios de incertezas (embora “académicos” em que a condição “*ceteris paribus*” é uma ficção enganadora) mas que tentam “iluminar” os processos de tomada de decisão económica.

Em Julho, na atualização do “*World Economic Outlook*”, o FMI corrigia para baixo a projeção do crescimento mundial, para 3.2% em 2019 e 3.5% em 2020, correção “modesta” (0.1p.p.) para esses dois anos em relação às suas projeções de Abril. Mas nessas projeções o FMI apontava para um crescimento da EZ (zona euro) de 1.3% em 2019 e de 1.6% em 2020. Ora, em Setembro, o BCE baixou as previsões de crescimento do PIB da EZ para este ano e para o próximo que passam de 1.2% projetado em Junho a 1.1% em 2019 e a 1.2% para

2020 contra 1.4% na projeção anterior. A projeção de um acréscimo para 1.4% para 2021 mantém-se (admitindo que não haja um acréscimo das tensões comerciais nem um “no-deal”). Provavelmente, nas suas previsões de Outono, o FMI revirá em baixa os valores avançados em Julho. Também nessas previsões, o FMI avançava uma taxa de crescimento para a China de 6.2% em 2019 e de 6.0% em 2020. Ora, caso a escalada de tensões entre os EUA e a China prossiga, estes valores podem vir a revelar-se otimistas e a China vir a registar uma taxa de crescimento inferior a 6% em 2020. Caso surja um acordo comercial, ainda que limitado (como antes referido), essas previsões afiguram-se verosímeis.

A economia norte-americana aparenta sinais de desaceleração. O PIB do segundo trimestre registou uma taxa anualizada de crescimento de 2.0% no segundo trimestre versus 3.1% no primeiro trimestre.



A economia norte-americana aparenta sinais de desaceleração. O PIB do segundo trimestre registou uma taxa anualizada de crescimento de 2.0% no segundo trimestre versus 3.1% no primeiro trimestre. A sua taxa de desemprego mantinha-se nos 3.7% em Agosto mas tinham sido criados apenas 150 000 postos de trabalho médios mensais nos últimos seis meses abaixo do valor de 232 000 postos de trabalho no início do ano. O ritmo de crescimento era sustentado mais pelo comportamento dos consumidores do que das exportações e do investimento empresarial, refletindo provavelmente o ambiente guerra comercial e as incertezas a ela associadas. Nas suas previsões de Julho, o FMI avançava uma taxa de crescimento de 2.6% para 2019 e de 1.9% para 2020, refletindo, além das incertezas referidas, o esbatimento dos efeitos dos benefícios fiscais decididos anteriormente. O FED deverá baixar pela segunda vez na terceira semana de Setembro a taxa de juro do dólar para tentar sustentar o ritmo de evolução económica no contexto do ambiente referido. O Presidente do FED vem sendo publicamente atacado e pressionado para uma redução acentuada da taxa de juro pelo Presidente Trump mas vem tentando defender a independência do FED. Não é de excluir uma nova baixa da taxa de juro ainda antes do fim do ano mas deverão ser os dados da evolução económica – e a evolução do contexto geopolítico – a ditar tal decisão.

Na zona euro, na sua penúltima reunião à frente do BCE e face à anemia económica da zona ilustrada pela baixa das previsões macroeconómicas antes referidas, incluindo as respeitantes às taxas de inflação (previsão do IPC para 1.2% para este ano contra 1.3% anteriormente; e 1% para 2020 contra 1.4% projetado em Junho), Mario Draghi avançou com uma dose de medidas expansionistas, nomeadamente a baixa da taxa de juro dos depósitos da banca em

10 p.p. para (-)0.5% e retoma do QE (*Quantitative Easing*) embora mais pequeno, de 20€bn por mês, mas sem definir o prazo da sua execução. Estas medidas não foram tomadas por unanimidade. Recomendou/avisou de que a política orçamental deveria ter também um papel de reanimação, “recado” este dirigido principalmente à Alemanha que tem um excedente orçamental.

As medidas do BCE não foram tomadas por unanimidade. Draghi recomendou/avisou de que a política orçamental deveria ter também um papel de reanimação, “recado” este dirigido principalmente à Alemanha que tem um excedente orçamental.

A economia alemã poderá entrar em recessão técnica já no terceiro trimestre de 2019 mas a ortodoxia orçamental – (pelo menos) déficit zero – continua a prevalecer. Só numa situação crítica, para a economia alemã ou, eventualmente, para a sobrevivência da zona euro (ZE), é que será de esperar que a Alemanha se afaste deste referencial ideológico e “ajude/salve” a si e à comunidade de que faz parte, a ZE/UE.

PERSPETIVA PORTUGUESA



O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, neste quadro internacional e europeu continua a apresentar-se crescentemente complexo.

Porventura, a evolução política e económica europeia apresenta-se nesta altura, como o principal fator disruptivo para a economia e sociedade portuguesas caso ocorra um Brexit desordenado a 31 de Outubro.

A disrupção, a ocorrer, terá efeitos económicos imediatos e, posteriormente, em qualquer prazo. Um Brexit “ordenado” tem também implicações, mais de ordem política. Desde a conquista de Lisboa (séc. XII), a relação política e económica anglo-portuguesa – normalmente “não paritária” – foi marcante ou mesmo decisiva. Somos ambos Estados marítimos e detivemos impérios além-mar. Uma UE sem o UK significará certamente que o centro de gravidade política volte a deslocar-se para leste, depois de o alargamento de 2004 ter já iniciado esse processo.

Os outros fatores disruptivos mencionados e os que entretanto ocorrerem só reforçarão a tendência já reconhecida de desaceleração da economia internacional e da ZE.

As próprias projeções de crescimento da ZE (Setembro), sem terem em conta disrupções, ilustram essa tendência (1.1% em 2019 e a 1.2% para 2020, inferiores às de Junho). A economia portuguesa não deixará de refletir a evolução da ZE mas, face aos dados

existentes, deverá registar de novo uma convergência real. Do lado das contas públicas os compromissos assumidos afiguram-se alcançáveis. As últimas medidas de política do BCE acabam por manter baixas/negativas as taxas de juro da dívida soberana.

A economia portuguesa não deixará de reflectir a evolução da ZE mas, face aos dados existentes, deverá registar de novo uma convergência real. Do lado das contas públicas os compromissos assumidos afiguram-se alcançáveis. As últimas medidas de política do BCE acabam por manter baixas(/negativas) as taxas de juro da dívida soberana. A questão que se coloca é como conseguir inverter a tendência de desaceleração



A questão que se coloca é como conseguir inverter a tendência de desaceleração – tal só se configura possível num contexto de recuperação da ZE difícil de descortinar tendo em conta o contexto político-comercial internacional e as questões domésticas europeias. Por um lado, há ainda a possibilidade/probabilidade de um “ataque” comercial norte-americano a produtos/sectores europeus a pretexto de subsídios europeus à Airbus. Por outro lado, há a probabilidade de Trump ser reeleito, ficando “liberto” dos condicionamentos políticos e económicos de “moderação” do período pré-eleições. Ainda no domínio das questões domésticas europeias (sem as esgotar), relevem-se o *dossier* Brexit, a ortodoxia orçamental alemã e o declínio tecnológico face aos EUA e à China.

A economia portuguesa corre ainda o risco de regressar a um período de deterioração das suas contas externas, o que constituirá um fator de preocupação e, caso persista, um condicionante ao seu crescimento.

Com este enquadramento (que aflora apenas alguns aspetos da complexidade do mesmo) só se afigura “sugerir” ou reafirmar mais uma vez que Portugal deverá tentar saber gerir as suas interdependências.

Porventura, esta atitude de pragmatismo conflitua com referenciais políticos e económicos mais “sólidos”. No entanto, a velocidade de mudança (geo)política, económico-comercial e tecnológica é tal que é difícil a “solidez” do Passado se configurar como referencial de atuação para um enquadramento fluído do Presente e do Futuro.

*

A economia digital. Riscos, desafios e oportunidades

O peso da economia digital e da desmaterialização por via da evolução tecnologia são hoje uma realidade das sociedades modernas.

A chamada IoT (Internet of Things), permite a comunicação entre aparelhos “inteligentes”, cada vez mais integrados, que partilham quantidades gigantes de dados e informação entre si, transformando a forma como vivemos, interagimos e fazemos negócio. Com aplicações virtualmente infinitas, a IoT impacta direta e indiretamente a economia e os agentes económicos, estimando-se um benefício económico situado entre os 3,9 e os 11,1 triliões de dólares em 2025 (*McKinsey Global Institute*).

Esta sobreposição da realidade física com a realidade virtual traz para a linha da frente de reflexão o tema da (ciber)segurança e da privacidade dos dados, sejam eles informação pessoal, empresarial (ou mesmo segredos de estado), assim como da infraestrutura (redes e os sistemas de informação) que os suportam. Consequentemente, o risco de ataques que, de algum modo, comprometam essa informação e essa infraestrutura é crescente, comportando riscos que podem ter efeitos significativos (por exemplo equipamentos médicos, automóveis, redes energéticas ou mesmo armamento).

Com uma abrangência cada vez mais global e um impacto cada vez mais relevante, o cibercrime evoluiu significativamente (e exponencialmente) nos últimos anos, deixando um “submundo” restrito de utilizadores (*script kiddies*) que viam o *hacking* como “desafio intelectual”, para passar a ser uma atividade de crime organizado, financiada e estruturada como um negócio de fins lucrativos.

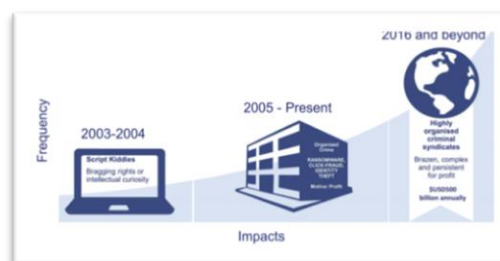


Fig. 1. Evolução do cibercrime ao longo dos anos.

“Esta sobreposição da realidade física com a realidade virtual traz para a linha da frente de reflexão o tema da (ciber)segurança e da privacidade dos dados, sejam eles informação pessoal, empresarial (ou mesmo segredos de estado), assim como da infraestrutura (redes e os sistemas de informação) que os suportam.”



Este nível de organização e abrangência do cibercrime faz com hoje seja literalmente possível a qualquer pessoa aceder a *malware* (produzido e comercializado pelas organizações criminosas) com um pequeno montante de investimento, e com ele desencadear um ataque à escala internacional (por exemplo phishing).

A questão da cibersegurança não se limita assim ao poder executivo e aos Estados, mas também é relevante para operadores de infraestruturas energéticas, operadores de abastecimento e saneamento de águas residuais, gestores de vias de circulação, ministérios, organizações administrativas, ONGs e mesmo entidades desportivas, uma vez que todos já foram alvo de ataques e roubo de informação. Vírus como o WannaCry e o Petya ficaram conhecidos por afetar milhares de alvos, desde serviços públicos a grandes empresas em todo o mundo. Mostraram também uma particularidade do cibercrime: os ataques são visíveis, mas os atacantes nem sempre.

Globalmente, o cibercrime é hoje o 2º crime económico mais reportado. Dados recentes atestam a forma como estes ataques podem limitar ou condicionar o normal funcionamento das atividades económicas conduzindo em muitos casos a prejuízos financeiros significativos.

“Globalmente, o cibercrime é hoje o 2º crime económico mais reportado. Dados recentes atestam a forma como estes ataques podem limitar ou condicionar o normal funcionamento das atividades económicas conduzindo em muitos casos a prejuízos financeiros significativos.”



- Em termos globais, o custo médio de uma violação ou acesso não autorizado a dados para uma empresa é de 3,86 milhões de dólares;
- O custo médio, em termos globais e para um conjunto de indústrias, de cada registo acedido/perdido/roubado é de 148 dólares. No caso de registos clínicos ou de saúde, o valor supera os 400 dólares⁴;
- Em 2017 o número de versões de *malware* criadas especificamente para aplicações móveis aumentou 54% e cerca de 24.000 aplicações infetadas foram bloqueadas diariamente;
- Estima-se que em 2023 o número de registo acedidos/roubados seja de 33 mil milhões, um incremento significativo face aos 12 mil milhões reportados em 2018;
- Um acesso não autorizado a dados demora, em média, **196 dias a ser detetado**⁴.

O formato dos ataques levados a cabo pelos cibercriminosos pode assumir variadas formas desde a interrupção de um serviço (*Distributed Denial of Service – DDoS*), o roubo e/ou manipulação de informação pessoal, o roubo de identidade, ou o controlo remoto de uma infraestrutura.

De igual forma, os criminosos e as suas as motivações são variadas. Na figura do(s) *hacker(s)* podemos encontrar adolescentes, ativistas, colaboradores descontentes, organizações criminosas ou indivíduos financiados por Estados. Entre os seus motivos encontramos o lucro ilícito, o desafio intelectual, vingança, reputação, agenda política ou espionagem.

Importa talvez introduzir, neste quadro global e complexo, os conceitos de cibersegurança e ciberespaço.

De acordo com a ITU (*International Telecommunication Union*) cibersegurança pode ser definida como

“Uma ideia chave que daqui resulta é a da proteção de ativos críticos, entendidos estes como informação ou bens físicos que têm um determinado valor para um indivíduo, uma empresa ou um estado.”

“[...] the collection of tools, policies, security concepts, security safeguards, guidelines, risk management approaches, actions, training, best practices, assurance and technologies that can be used to protect the cyber environment and organization and user’s assets. Organization and user’s assets include connected computing devices, personnel, infrastructure, applications, services, telecommunications systems, and the totality of transmitted and/or stored information in the cyber environment.”



De seu modo, o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, desenvolvido pelo Centro Nacional de Cibersegurança define ciberespaço como:

“Ambiente complexo de valores e interesses materializado numa área de responsabilidade coletiva, que resulta da interação entre pessoas e redes e sistemas de informação.”

Uma ideia chave que daqui resulta é a da proteção de ativos críticos, entendidos estes como informação ou bens físicos que têm um determinado valor para um indivíduo, uma empresa ou um estado. No caso de um indivíduo podemos desde logo pensar em dados pessoais como sejam nome, morada, número de cartão de crédito, conta de e-mail, computador pessoal, smartphone, etc. No caso de uma empresa podemos falar em sistemas, redes, propriedade intelectual, patentes, carteira de clientes, informações de fornecedores, infraestruturas, bases de dados, etc.

No caso de um Estado, todo o tipo de informação classificada e de governação de um país, incluindo a respeitante a matérias de defesa nacional (ciberdefesa), e de gestão e manutenção de infraestruturas críticas para a vida em sociedade (sistemas de transporte e comunicações, redes de energia e abastecimento de água, e demais espaços públicos como por exemplo escolas ou prisões).



Fig. 2. Desmaterialização das empresas

“Para grande parte de nós, enquanto indivíduos e cidadãos, é inegável o aumento de qualidade de vida fruto da interconectividade e do potencial das tecnologias de informação e comunicação. No entanto, toda a informação pessoal que está na base desta melhoria levanta questões sérias de privacidade e segurança...”



Independentemente do agente económico, reforça-se aqui a componente de desmaterialização – nas últimas 4 décadas o paradigma de onde “reside” o valor dos ativos críticos alterou-se significativamente. Vejamos o caso das empresas: em 1975 apenas 17% do valor de capitalização bolsista das empresas cotadas que integram o índice S&P500 era diretamente atribuível a ativos intangíveis. O seu valor estava, portanto, eminentemente concentrado em ativos físicos. Em 2015 o cenário era o oposto, ou seja, 87% do valor encontrava-se em ativos intangíveis face ao avanço da velocidade e capacidade das redes informáticas, da capacidade dos processadores, das *clouds*, e de aparelhos inteligentes, entre outros.

Reforça-se também a convicção hoje amplamente aceite de que não é possível proteger a 100% um ativo, pelo que as vulnerabilidades a ciber-ataques devem ser analisadas de uma forma estratégica e holística, sendo a tecnologia uma componente fundamental (como *enabler*), mas não a única.

Para grande parte de nós, enquanto indivíduos e cidadãos, é inegável o aumento de qualidade de vida fruto da interconectividade e do potencial das tecnologias de informação e comunicação. No entanto, toda a informação pessoal que está na base desta melhoria levanta questões sérias de privacidade e segurança, ao poder constituir uma vulnerabilidade, e como consequência ser utilizada

contra os próprios indivíduos (roubo de identidade, dados pessoais ou registos clínicos, por exemplo).

DESAFIOS PARA OS ESTADOS – EQUILÍBRIO ENTRE PRIVACIDADE E SEGURANÇA

Os Estados podem ter uma intervenção mais ou menos direta na cibersegurança e, neste domínio também na chamada ciberdefesa. Esta intervenção traz paradoxos relevantes para a tomada de decisão. Por um lado, e no que respeita à esfera pública da vida em sociedade, os governos visam operacionalizar um quadro regulamentar que assegure a segurança dos dados pessoais e a privacidade individual dos cidadãos, no entanto, simultaneamente, encontram uma necessidade crescente de aceder a dados de indivíduos e organizações monitorizando a sua atividade *on-line* para fins de vigilância e identificação de potenciais criminosos.

“Um inquérito recente desenvolvido em parceria entre a Marsh e a Microsoft sobre a percepção de ciber-risco realizado a cerca de 1.300 executivos, verificou que 79% dos membros dos conselhos de administração classificam o ciber-risco como uma das 5 principais preocupações (62% no inquérito de 2017) e cerca de 20% não estão seguras da capacidade de resposta das suas empresas.”



Por outro lado, e no domínio da proteção de ativos e infraestruturas críticas de um Estado, um fator gerador de complexidade é a dificuldade em estabelecer fronteiras físicas no chamado ciberespaço. Muitos apontam a cibersegurança como a próxima plataforma na guerra moderna. Onde começa e termina a atuação de um Estado no ciberespaço? Como definir um ponto de retaliação? Os servidores estão localizados fisicamente nesse país, num país aliado, ou mesmo noutro país?

Sendo a ciberdefesa em larga medida de domínio supranacional, outro paradoxo emerge entre a necessidade sinérgica dos Estados em colaborar e partilhar informação e boas práticas em termos de ciberdefesa (por exemplo num nível NATO), e o grau de confiança que esses Estados depositam efetivamente uns nos outros para esse efeito, tendo em conta intenções ou interesses dissimulados ou mesmo uma agenda própria em termos de atuação internacional.

DESAFIOS PARA AS EMPRESAS – INVESTIMENTO VS. RETORNO UMA DECISÃO DE ESTRATÉGIA

Citando John Chambers ex-CEO da Cisco “Existem dois tipos de empresas: aquelas que foram alvo de um ataque cibernético, e as que não sabem que foram alvo de um ataque cibernético”.

§ ESTADO DE PERCEÇÃO?

Um inquérito recente desenvolvido em parceria entre a Marsh e a Microsoft sobre a percepção de ciber-risco realizado a cerca de 1.300 executivos, verificou que 79% dos membros dos conselhos de administração classificam o ciber-risco como uma das 5 principais preocupações (62% no inquérito de 2017) e cerca de 20% não estão seguras da capacidade de resposta das suas empresas.

“Como abordar a cibersegurança? Atualmente, e dadas as múltiplas e contínuas ameaças nos mais diversos formatos, a segurança não é um evento de preocupação casuística, mas sim de gestão contínua, ao nível executivo e integrada na estratégia e na gestão do risco da organização.”

O nível de cibersegurança de uma organização não é medido pelo tipo de evento (ataque) a que a mesma é exposta ou pela sua capacidade de reação/resolução desse evento. É fundamental reconhecer que a segurança cibernética é necessária enquanto existir um ciberespaço, e este é cada vez maior e mais complexo. Por outro lado, não existem soluções ou abordagens que sirvam de igual forma a generalidade das empresas. Uma instituição bancária ou um hospital exigem níveis de segurança mais elevados do que um restaurante, por exemplo.



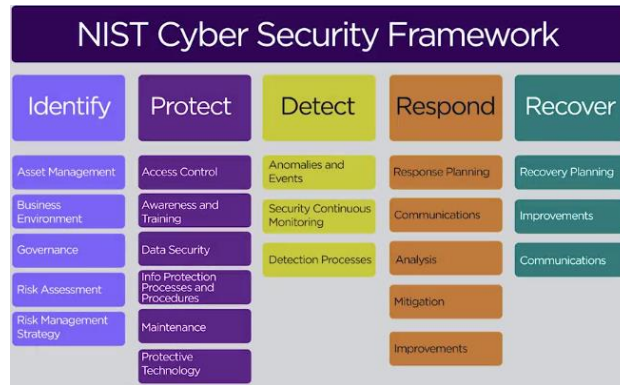
§ COMO ABORDAR A CIBERSEGURANÇA?

Atualmente, e dadas as múltiplas e contínuas ameaças nos mais diversos formatos, a segurança não é um evento de preocupação casuística, mas sim de gestão contínua, ao nível executivo e integrada na estratégia e na gestão do risco da organização.

É fundamental capacitar as organizações com ferramentas que lhes permitam gerir o risco de cibersegurança de forma efetiva, ou seja avaliar, hierarquizar e estabelecer medidas de mitigação para diferentes cenários de ameaça cibernética, visando um equilíbrio entre investimento (em segurança), resiliência, e eficácia das operações. O risco de cibersegurança deverá ser integrado no modelo de risco global da organização para efeitos da tomada de decisão estratégica e, não menos importante, para efeitos do que é o risco percebido de *stakeholders* e do próprio mercado – as empresas não querem ser associadas a padrões de vulnerabilidade de segurança cibernética ou vistas como não tendo adotado medidas de segurança apropriadas, ou sejam veem aqui um problema de *corporate liability* (podendo inclusivamente servir de “ponto de entrada” para informação de fornecedores ou parceiros de negócio, caso existam plataformas integradas de negócio).

Nesta perspetiva, e a título de exemplo, um quadro de referência (*framework*) relativamente maduro e utilizado internacionalmente é

o desenvolvido pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST) nos EUA. Com base na maturidade dos processos da organização em termos de risco, este quadro de referência comporta 5 categorias de análise:



“Só após compreender os riscos a que está exposta pode uma organização desenvolver as capacidades para se proteger adequadamente.”



Dentro de cada uma das categorias existem critérios objetivos de avaliação de risco, e como tal o quadro NIST pode ser uma ferramenta útil de *benchmark* e análise de desvios entre o que é o estado atual de uma organização em termos de cibersegurança, e o que o quadro NIST recomenda como melhores práticas. Só após compreender os riscos a que está exposta pode uma organização desenvolver as capacidades para se proteger adequadamente.

§ QUAL O RETORNO DO INVESTIMENTO?

Muitas empresas ainda se questionam se o investimento em segurança cibernética é justificável, de um ponto de vista de custo de oportunidade, em comparação com as consequências de um ataque. Vejamos por exemplo o caso dos custos de violação de dados, tipicamente associados à resolução do problema. Estes comportam compensar os seus clientes, pagar multas e custas judiciais, investimento em processos forenses e de investigação e ainda a adoção de medidas preventivas e contra-medidas. Quanto podem aportar estes custos? A *Yahoo!*, em face de diversos acessos indevidos e roubo integral da base de dados de clientes entre 2013 e 2016 constituiu judicialmente um fundo para indemnizações de \$117.500.000.

A proteção absoluta nunca é possível e a segurança cibernética tem um preço, mas acima de tudo, o retorno do investimento em cibersegurança apenas faz sentido no contexto de uma estratégia de cibersegurança, devidamente integrada na estratégia global do negócio de uma organização.

Um olhar sobre as tensões internacionais

O caso da República do Irão

No dia 8 de Maio de 2018 o Presidente norte-americano Donald Trump anunciou a retirada dos Estado Unidos da América (EUA) do acordo nuclear com a República Islâmica do Irão e outras grandes potências.

O acordo JCPoA possibilitou a reabilitação da economia iraniana, através de uma aproximação às economias ocidentais. Além de reavivar a sua economia, as autoridades iranianas investiram também no desenvolvimento da sua capacidade militar, facto que criou o dilema de segurança para os Estados Unidos que justificou a sua retirada do acordo nuclear



O JCPoA (*Joint Comprehensive Plan of Action*) surgiu de um acordo dos países permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Alemanha, em 2015, estabelecendo a retirada das graves sanções económicas impostas ao Irão tendo este limitado a sua capacidade nuclear de forma a disponibilizá-la apenas para consumo de energia e não para o desenvolvimento de armamento nuclear.

Tal acordo possibilitou a reabilitação da economia iraniana, através de uma aproximação às economias ocidentais. Além de reavivar a sua economia, as autoridades iranianas investiram também no desenvolvimento da sua capacidade militar, facto que criou o dilema de segurança para os Estados Unidos que justificou a sua retirada do acordo nuclear – uma retirada com consequências imediatas no palco das relações internacionais.

Já na década de 1970 o Irão e a Arábia Saudita tinham economias baseadas em petróleo e governos apoiados pelos Estados Unidos, mas, internamente, sempre apresentaram realidades diferentes.

A Revolução de 1979 no Irão tornou-se num ponto de viragem das relações diplomáticas com a potência americana e também com a Arábia Saudita, uma vez que foi adotada uma forte retórica contra a intervenção americana nos assuntos do país.

Em 1980 a CIA (Central Intelligence Agency) publicou um relatório que acusava as autoridades iranianas de exportar a sua revolução para outros países do Médio Oriente e que essa prática constituía uma ameaça à segurança dos EUA. Consequentemente, intensificou-se o eixo EUA – Arábia Saudita, que cria, por sua vez o GCC (Gulf Cooperation Council – depois Cooperation Council for the Arab States of the Gulf) em 1981.

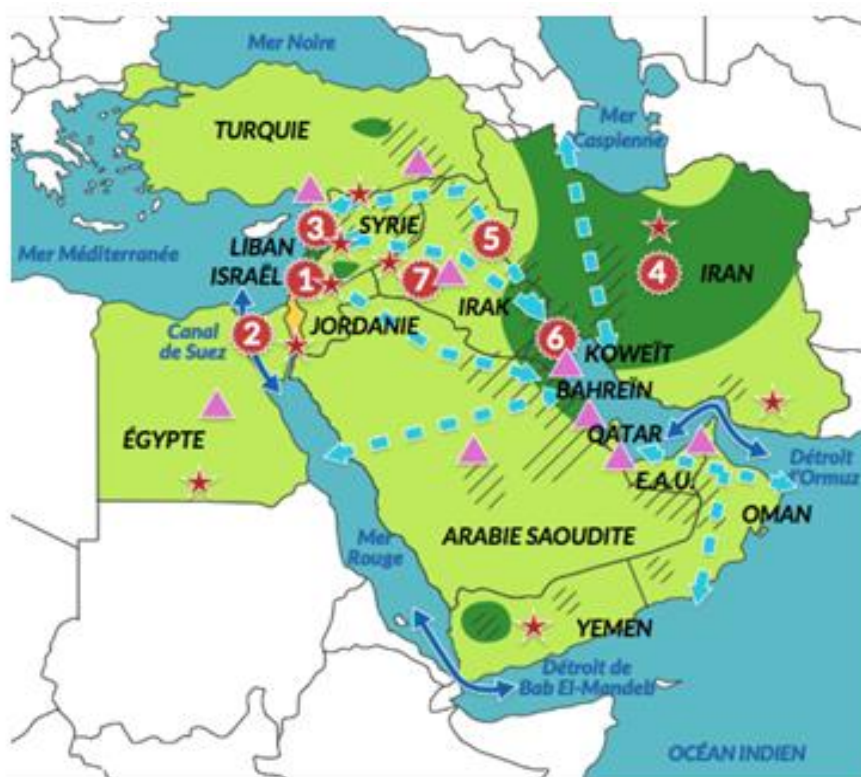
O GCC viria a incluir países com acesso ao Golfo da Pérsia – à

exceção do Iraque e do Irão – com o intuito oficial de intensificar a cooperação no âmbito da economia e da segurança.

Neste contexto, os EUA entendem o Irão como um inimigo e a Arábia Saudita como um forte aliado no Médio Oriente. Tendo em conta as diferenças culturais, a relação EUA – Arábia Saudita toma um carácter fundamentalmente comercial e, por isso, os interesses são postos em causa em momentos de instabilidade na região.

Há também uma forte divisão religiosa entre os dois países muçulmanos que não demonstra a raiz da sua rivalidade geopolítica, mas é, ainda assim, de extrema importância, sendo a Arábia Saudita maioritariamente Sunita e o Irão maioritariamente Xiita.

Consequentemente, intensifica-se o eixo EUA – Arábia Saudita, que cria, por sua vez o GCC (Gulf Cooperation Council – depois Cooperation Council for the Arab States of the Gulf) em 1981. O GCC viria a incluir países com acesso ao Golfo da Pérsia – à exceção do Iraque e do Irão – com o intuito oficial de intensificar a cooperação no âmbito da economia e da segurança.



Um mosaico étnico e religioso

- Muçulmanos sunitas
- Muçulmanos xiitas
- Judeus

Uma região estratégica

- ▨ Principais jazidas de petróleo
- Principais oleodutos
- Passagens marítimas estratégicas
- ▲ Presença militar dos EUA

Uma zona de tensões e de conflitos

- ① Guerras Israelo-árabes (1948, 1956, 1967 e 1973)
- ② Crise do Suez (1956)
- ③ Guerras do Líbano (1975-1990, 2006)
- ④ Revolução Islâmica (1979)
- ⑤ Guerra Irão-Iraque (1980-1989)
- ⑥ Guerras do Golfo (1990-1991, 2003-2011)
- ⑦ Guerra no Iraque (2003)
- ★ Luta contra os movimentos armados islamitas

Fonte: Digischool, disponível em <https://www.bacstmg.net>

Fig.1 – Tensões e conflitos no Próximo e Médio Oriente desde 1945

Relativamente a vários conflitos na região, tal como no Iraque, na Síria ou no Líbano, os governos da Arábia Saudita e do Irão têm vindo a apoiar lados opostos suportando-se na inclinação religiosa de cada um.

Assim, têm-se realizado guerras de procuração entre as duas potências regionais. Com efeito, tanto o Irão como a Arábia Saudita entendem que os seus interesses nacionais se encontram em jogo nas várias guerras civis na região, o que justifica o seu apoio a fações de cada conflito onde encontram alguma inclinação ideológica ou religiosa convergente.

Adicionalmente, mantendo em mente o facto de ambos os países serem as maiores potências na região e, simultaneamente rivais, o crescimento de um é visto como implicando a diminuição do outro.

A decisão de Donald Trump em retirar os Estados Unidos do JCPOA revela o fortalecer das suas alianças com a Arábia Saudita e com Israel (que sempre se opôs ao acordo). Assim, tal decisão demonstra que o Presidente já tem definida a sua estratégia no Médio Oriente. Isto é, a Administração Trump entende que para contribuir para a estabilidade da região e assim salvaguardar o interesse nacional norte-americano, é necessário executar uma campanha de alta pressão económica à República Islâmica do Irão de maneira a prestar apoio concreto aos seus aliados.

É neste contexto de grande tensão que potências ocidentais, nomeadamente os Estados Unidos e a Inglaterra, estabelecem a sua presença militar em pontos estratégicos (como o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um quarto do fluxo mundial de petróleo) com o intuito de garantir que as suas rotas comerciais não são afetadas.

Esta campanha de alta pressão e estratégia de aproximação à Arábia Saudita acaba por causar dano às relações transatlânticas (é importante manter em mente que o Presidente norte-americano sempre demonstrou a sua reprovação em relação ao projeto de construção europeia). Com efeito, a retirada americana foi condenada pelos restantes signatários do acordo, principalmente as potências europeias, que já haviam investido fortemente na economia do Irão. Relativamente às sanções novamente impostas, Trump mantém a sua postura inicial de que toda a economia internacional deve decidir entre o mercado iraniano e o mercado norte-americano.

A decisão de Trump demonstra que o Presidente já tem definida a sua estratégia no Médio Oriente. Isto é, a Administração Trump entende que para contribuir para a estabilidade da região e assim salvaguardar o interesse nacional norte-americano, é necessário executar uma campanha de alta pressão económica à República Islâmica do Irão de maneira a prestar apoio concreto aos seus aliados.



Muitas empresas europeias encontraram-se então obrigadas a abandonar o seu investimento. As sanções estabelecidas acabam por danificar não só a economia iraniana mas também todas as outras economias com as quais havia alguma relação estabelecida.

Como resposta, após a retirada americana do acordo, os líderes iranianos exerceram pressão sobre os líderes europeus, determinando um prazo de 60 dias (a terminar a 7 de Julho de 2019) para que a situação fosse resolvida, sob pena de quebrar os limites de produção de energia nuclear estabelecidos no acordo - em Agosto de 2019 foi declarado o ultrapassar de tais limites.

Assim, fica esclarecida a contínua e intensa integração entre os pólos do mercado transatlântico e, adicionalmente, a vulnerabilidade da economia europeia perante a economia americana. A comunidade europeia expressou a intenção de manter os termos do acordo e de proteger a economia iraniana das sanções. Contudo, os seus esforços têm-se revelado insuficientes.

Apesar de Bruxelas ter ativado o estatuto de bloqueio que permite empresas europeias recorrerem a tribunais para exigir indemnizações ao Estado norte-americano devido aos efeitos das sanções, têm-se manifestado mais adequado o abandono do mercado iraniano por parte das referidas empresas.

O número de entidades portuguesas a investir no Irão aumentou desde a implementação do JCPoA, chegando a 183 em 2017. Contudo, tendo em conta a integração económica de Portugal no espaço económico europeu e a intensa ligação desse espaço com a economia americana, tudo indica que as empresas portuguesas, que já haviam investido no Irão, provavelmente seguirão o comportamento de várias outras empresas europeias, retirando-se do mercado da República Islâmica.

No entanto, nada sugere que tal retirada possa afetar significativamente a economia portuguesa - de acordo com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) a relação económica entre os países pode ser designada como “muito modesta”.

Diplomaticamente, estão reunidas as condições para que Portugal não danifique a sua aliança com os Estados Unidos a favor de uma aproximação ao Irão, não só devido à ligação comercial, mas também devido a compromissos institucionais, nomeadamente no quadro da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O número de entidades portuguesas a investir no Irão aumentou desde a implementação do JCPoA, chegando a 183 em 2017. Contudo, tendo em conta a integração económica de Portugal no espaço económico europeu e a intensa ligação desse espaço com a economia americana, tudo indica que as empresas portuguesas, que já haviam investido no Irão, provavelmente seguirão o comportamento de várias outras empresas europeias, retirando-se do mercado da República Islâmica.



Tendo em conta a crescente intensificação do eixo Rússia - China que tem como principal fator unificador uma postura de oposição ao poder internacional de Washington, a Administração Trump encontra-se numa situação de esclarecimento da sua posição por todo o globo.

Para responder aos atuais desafios demonstrados pelo crescimento contínuo da economia chinesa e a crescente capacidade militar da Federação Russa, a potência americana necessita de estabilidade e uma direção definida em todas as regiões da sua esfera de influência. No entanto, o seu comportamento em relação ao acordo nuclear do Irão parece demonstrar que a estratégia da atual administração está definida e a ser posta em prática, com as consequências ainda imprevisíveis.

“Diplomaticamente, estão reunidas as condições para que Portugal não danifique a sua aliança com os Estados Unidos a favor de uma aproximação ao Irão, não só devido à ligação comercial, mas também devido a compromissos institucionais, nomeadamente no quadro da NATO.”

